

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL**

**ENTRE**

**3R PETROLEUM OFFSHORE S.A.**

**NA QUALIDADE DE VENDEDORA**

**COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO - ESGÁS**

**NA QUALIDADE DE COMPRADORA**



## ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS.....	4
CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO.....	13
CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E CONDIÇÕES SUSPENSIVAS.....	13
CLÁUSULA QUARTA - QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA.....	15
CLÁUSULA QUINTA - PREÇO DO GÁS.....	16
CLÁUSULA SEXTA - COMPROMISSO DE PROGRAMAÇÃO DA VENDEDORA.....	19
CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA.....	22
CLÁUSULA OITAVA - PROGRAMAÇÃO .....	23
CLÁUSULA NONA - PONTO DE ENTRADA .....	25
CLÁUSULA DEZ - MEDIÇÃO DO GÁS.....	25
CLÁUSULA ONZE - QUALIDADE DO GÁS.....	26
CLÁUSULA DOZE - PARADAS PROGRAMADAS E NÃO PROGRAMADAS.....	26
CLÁUSULA TREZE - FATURAMENTO.....	27
CLÁUSULA QUATORZE - INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO .....	31
CLÁUSULA QUINZE - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.....	34
CLÁUSULA DEZESSEIS - LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO..	37
CLÁUSULA DEZESSETE - CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES .....	43
CLÁUSULA DEZOITO - DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO .....	43
CLÁUSULA DEZENOVE - SIGILO E CONFIDENCIALIDADE.....	45
CLÁUSULA VINTE - NOVAÇÃO .....	46
CLÁUSULA VINTE E UM - CONDUTA DAS PARTES.....	46
CLÁUSULA VINTE E DOIS - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	49
CLÁUSULA VINTE E TRÊS - CLÁUSULA AMBIENTAL E SOCIAL .....	49
CLÁUSULA VINTE E QUATRO - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	50
CLÁUSULA VINTE E CINCO - CONCORDÂNCIA DAS PARTES .....	52



**CONTRATO DE COMPRA E VENDA  
DE GÁS NATURAL QUE ENTRE SI  
CELEBRAM 3R PETROLEUM  
OFFSHORE S.A. E ESGÁS -  
COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO  
SANTO**

Pelo presente instrumento,

**3R PETROLEUM OFFSHORE S.A.**, sociedade com sede na Praia de Botafogo 186, salas 1301, 1401 e 1501, Botafogo, CEP 22250-145, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.857.854/0001-14, doravante denominada **"3R PETROLEUM"** ou **"VENDEDORA"**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; e

**COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO - ESGÁS**, sociedade com sede na Avenida Nossa Senhora da Penha, 714 - RS Trade Tower, 11º andar, salas 1101-1105 e 11016-1020, Praia do Canto, cidade de Vitória/ES, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.307.295/0001-65, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de compradora, doravante denominada **"COMPRADORA"**.

Também denominadas, isoladamente, **"PARTE"** e, em conjunto, **"PARTES"**

**CONSIDERANDO QUE:**

- a) a VENDEDORA é operadora dos Campos Congoá, Malombe e Peroá, localizados na Bacia de Espírito Santo, objeto dos Contrato de Concessão nº 48000.003902/97-21, 48610.009214/2002 e 48000.003903/97-93, respectivamente, celebrados com a ANP;
- b) conforme disposto no Parágrafo 2º do Art. 25, da Constituição da República com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 15/08/1995, cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei;
- c) conforme a Autorização nº 311, emitida pela ANP em 14 de setembro de 2012, a VENDEDORA é comercializadora de gás natural.
- d) conforme contrato de concessão firmado em 22 de julho de 2020, a COMPRADORA é concessionária dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo;
- e) a COMPRADORA, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender a demanda de gás natural do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;





- f) a VENDEDORA deseja vender e disponibilizar à COMPRADORA gás natural, e a COMPRADORA deseja comprar e receber o referido gás da VENDEDORA, nos termos e condições aqui estabelecidos; e
- g) a VENDEDORA está autorizada pela ANP a desenvolver atividades relacionadas à produção e comercialização de petróleo e gás natural e possui todas as LICENÇAS e enquadramentos definitivos exigíveis por LEI e/ou AUTORIDADE GOVERNAMENTAL necessários para entregar e cumprir todas as suas obrigações sob este CONTRATO.
- h) A VENDEDORA está autorizada pela ARSP a atuar como comercializadora de Gás, nos termos da Resolução ARSP N° 046/2021 e Instrução de Serviço N° 015/2021;

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural (“**CONTRATO**”), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS**

**1.1.** Sempre que grafados em maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as seguintes definições:

**AFILIADA:** significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer outra entidade jurídica residente ou com sede no Brasil ou no exterior que, direta ou indiretamente controle, esteja sob controle comum, ou seja controlada por essa PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral, o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia, ou o poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

**ANO:** significa cada período que:

- (a) para o primeiro ANO, começará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último DIA do mês de dezembro do ano em questão;
- (b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano;
- (c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO.



O termo “ano” quando não grafado em maiúscula significará ano civil.

**ANP:** significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, autarquia sob regime especial instituída pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997, responsável pela regulação e fiscalização das atividades da indústria do petróleo e do gás natural, ou qualquer outra entidade que, por força de lei, venha a substituí-la.

**ARBITRAGEM:** significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.4.

**ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO):** significa um dos integrantes do TRIBUNAL ARBITRAL, designados conforme item 16.4.3.

**ÁRBITRO ÚNICO:** significa o árbitro único a ser responsável pela condução e pelo julgamento da ARBITRAGEM expedita, nos termos do item 16.4.3.

**ARREDONDAMENTO ou ARREDONDADO:** significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

**AUTORIDADE GOVERNAMENTAL:** qualquer nação ou governo ou qualquer subdivisão, autoridade, agência ou órgão dele, incluindo: (i) os governos federais, estaduais ou municipais; (ii) as autoridades governamentais, regulatórias, executivas, legislativas, judiciárias ou administrativas, bem como qualquer autoridade fiscal, o que inclui, com relação aos itens “i” e “ii”, suas respectivas agências, divisões, departamentos, conselhos, representações ou comissões, incluindo a ANP; (iii) juízo, corte, tribunal ou órgão judicial, administrativo ou arbitral, Ministério Público da União e dos Estados, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas estaduais e municipais; ou (iv) qualquer comissão de valores mobiliários ou qualquer bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, que tenha competência para impor normas ou regras sobre qualquer das PARTES ou sobre as operações previstas neste CONTRATO, de acordo com a LEI.

**BALANCEAMENTO:** significa o gerenciamento das injeções e retiradas de GÁS no SISTEMA DE TRANSPORTE para fins de equilíbrio e execução eficiente e segura dos serviços de transporte pelo TRANSPORTADOR.



**CALORIA:** significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5°C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5°C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

**CÂMARA:** significa o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem - CBMA, responsável pela condução da MEDIAÇÃO e ARBITRAGEM, conforme previsto na CLÁUSULA DEZESSEIS - LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO.

**CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:** significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no Artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste CONTRATO, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA QUINZE - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA:** significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

**CONDIÇÕES SUSPENSIVAS:** são as condições a serem satisfeitas pelas PARTES antes do INÍCIO DE FORNECIMENTO, conforme estabelecido na CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E CONDIÇÕES SUSPENSIVAS.

**CONSUMIDOR LIVRE:** significa o consumidor de gás natural que, nos termos da legislação estadual aplicável, tem a opção de adquirir o gás de qualquer agente produtor, importador ou comercializador.

**CONTRATO:** significa este Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, seus anexos e termos aditivos.

**CONTRATOS DE CONCESSÃO:** significam os contratos de concessão de exploração e produção nº 48000.003902/97-21, 48610.009214/2002 e 48000.003903/97-93, seus anexos e termos aditivos, celebrados entre a VENDEDORA e a ANP para exploração dos campos de produção no POLO PEROÁ.

**CONTRATOS DE TRANSPORTE:** significam, em conjunto, os CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e o CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

**CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA:** significam os contratos de transporte para contratação de capacidade de entrada no SISTEMA DE





TRANSPORTE, a serem celebrados, individualmente, pela VENDEDORA com o TRANSPORTADOR, necessários à disponibilização do GÁS objeto deste CONTRATO no PONTO DE ENTRADA.

**CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA:** significam os contratos de transporte para contratação de capacidade de saída no SISTEMA DE TRANSPORTE, a serem celebrados pela COMPRADORA com o TRANSPORTADOR, necessários ao recebimento e retirada do GÁS objeto deste CONTRATO no PONTO DE SAÍDA.

**CONTRATO(S) UPSTREAM:** significa(m) o(s) contrato(s) que permite(m) à VENDEDORA acessar as infraestruturas de processamento, que viabilizam a disponibilização pela VENDEDORA, no PONTO DE ENTRADA, da molécula do GÁS oriunda da exploração dos campos do POLO PEROÁ.

**DIA:** significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 24:00h (vinte e quatro horas) do dia de que se trate, tendo como referência a hora oficial de Brasília/DF.

**DIA ÚTIL:** significa qualquer DIA, excluindo sábados, domingos e feriados no Município de Linhares, Distrito de Cacimbas.

**DOCUMENTO DE COBRANÇA:** significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste CONTRATO.

**DOCUMENTO DE CRÉDITO:** significa qualquer carta de crédito, bem como qualquer outro documento ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE à outra para concessão de crédito de um valor que deva ser devolvido ou creditado, nos termos do CONTRATO, para a outra PARTE.

**ENCARGOS MORATÓRIOS:** significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, conforme definido no item 13.9.

**EVENTO DE INADIMPLEMENTO:** significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas no item 14.1.

**FALHA DE PROGRAMAÇÃO:** significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) ação ou omissão da VENDEDORA que ocasione a recusa de programação de GÁS pelo TRANSPORTADOR, impossibilitando ou limitando a retirada de GÁS no PONTO DE SAÍDA; ou



- (b) envio, pela VENDEDORA, e consequente aceite e programação pelo TRANSPORTADOR, de QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE) inferior àquela definida como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV).

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA DE PROGRAMAÇÃO:

- (a) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR;
- (b) ter a COMPRADORA sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (c) ajustes de desequilíbrios no BALANCEAMENTO mediante programação regular diária e/ou no contexto do item 6.1.2;
- (d) ter a COMPRADORA deixado de fazer, junto ao TRANSPORTADOR, a nominação do GÁS para retirada no(s) PONTO(S) DE SAÍDA, ou tenha feito nominação do GÁS para retirada no PONTO DE SAÍDA em desacordo com a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV);
- (e) falhas e/ou descumprimentos atribuídos ao TRANSPORTADOR;
- (f) situações de Paradas Programadas e/ou paradas NÃO PROGRAMADAS; ou
- (g) se a QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE) inferior à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV) para um determinado DIA, quando a média das QDTNEs no MÊS de referência for igual ou superior à média das QDPVs para o mesmo MÊS de referência, nos termos do item 6.2.4.

**FUNCIONÁRIO PÚBLICO** é utilizado neste CONTRATO de maneira ampla, albergando funcionários públicos nacionais e estrangeiros, e inclui: (i) qualquer funcionário, eleito ou nomeado funcionário público; (ii) quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública; (iii) quem exerce cargo, emprego ou função em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (iv) quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública; (v) qualquer partido político, funcionário, agente ou outra pessoa agindo para ou em nome de partido político ou qualquer candidato a cargo público, ou, (vi) qualquer funcionário ou pessoa agindo para ou em nome de uma organização pública internacional.



**GÁS ou GÁS NATURAL:** significa o gás natural objeto deste CONTRATO, processado na UPGN e cuja qualidade atenda aos parâmetros da Resolução ANP nº 16/2008 ou outra que vier a substituí-la.

**INFRAESTRUTURA:** significa o gasoduto de escoamento da produção que interliga o POLO PEROÁ à UPGN, sendo tal gasoduto de propriedade da VENDEDORA e/ou de um PROCESSADOR por ela contratado, conforme aplicável.

**INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL:** significa qualquer informação que uma das PARTES, direta ou indiretamente, receber da outra PARTE e/ou seus prepostos, relativas à execução do CONTRATO, ou qualquer outra informação relacionada às atividades técnicas e/ou comerciais das PARTES ou de suas filiais e unidades.

**INÍCIO DE FORNECIMENTO:** tem o significado atribuído no item 3.1 deste CONTRATO.

**LEI ou LEGISLAÇÃO:** significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria, regulação), federal, estadual ou municipal, vigente no Brasil, ou que venha a vigor, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO, incluindo, por exemplo, qualquer lei, decreto, resolução, portaria, regulação estadual, inclusive emitido pela agência reguladora estadual a que a COMPRADORA está submetida.

**LEIS ANTICORRUPÇÃO:** significam as LEIS estabelecidas no item 21.1.

**MEDIAÇÃO:** significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.2.

**MÊS:** significa cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início às 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada mês e terminando às 24:00h (vinte e quatro horas) do último DIA de tal mês, exceto com relação ao primeiro mês do CONTRATO que se iniciará no DIA do INÍCIO DO FORNECIMENTO e terminará no último dia de tal mês e o último mês do CONTRATO que se iniciará no primeiro DIA de tal mês e se encerrará no último DIA de vigência do CONTRATO. "MENSALMENTE" será interpretado de modo correspondente.

**METRO CÚBICO (m<sup>3</sup>):** significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

**MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL:** significa a modalidade de fornecimento de GÁS na qual, a pedido da COMPRADORA, a VENDEDORA se obriga a fornecer GÁS, até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).



**NOTIFICAÇÃO:** significa qualquer comunicação entre as PARTES, cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, conforme definido na CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO.

**NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO:** significam as notificações para troca de titularidade do GÁS, para fins de BALANCEAMENTO, conforme previsto nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, conforme aplicável.

**PARADA NÃO PROGRAMADA:** significa a situação transitória que resulte em redução ou interrupção na programação e disponibilização de GÁS, devido a restrições operacionais emergenciais e/ou situações que não configurem PARADA PROGRAMADA, envolvendo o POLO PEROÁ, a INFRAESTRUTURA, os CONTRATO(S) UPSTREAM e/ou os CONTRATOS DE TRANSPORTE.

**PARADA PROGRAMADA:** significa a situação transitória que resulte em redução ou interrupção na programação e disponibilização ou no recebimento de GÁS, conforme descrito na CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS E NÃO PROGRAMADAS.

**PARCELA DE MOLÉCULA (PM):** significa a parcela referente à molécula processada disponibilizada à jusante da unidade de processamento contida no PREÇO DO GÁS, nos termos previstos no item 5.1.3.

**PARCELA DE TRANSPORTE (PT):** significa a parcela referente ao transporte contida no PREÇO DO GÁS, nos termos previstos no item 5.1.1 e considerando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA.

**PARTE AFETADA:** significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**PERITAGEM:** significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.3.

**PERITO:** significa a pessoa designada, conforme o item 16.3 e seus subitens, para dirimir as controvérsias submetidas à PERITAGEM.

**PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR):** significa a quantidade de energia utilizada como referência, equivalente a 37.302,1790 BTU em 1,0 MMm<sup>3</sup> de GÁS, que convertidos equivalem a 9.400 kcal/m<sup>3</sup> por 1,0 m<sup>3</sup>.

**PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS):** significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO em três casas decimais. Sua unidade de medida será





kcal/m<sup>3</sup> (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). No âmbito do CONTRATO, a determinação do PCS será efetuada no PONTO DE SAÍDA.

**POLO PEROÁ:** significa, em conjunto, os campos CANGOÁ, MALOMBE e PEROÁ de produção de petróleo e gás natural localizados na Bacia do Espírito Santo, estado do Espírito Santo, sob os CONTRATOS DE CONCESSÃO nº48000.003902/97-21, 48610.009214/2002 e 48000.003903/97-93, respectivamente.

**PONTO DE ENTRADA:** local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE, a jusante da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC), onde (i) o GÁS ingressa no SISTEMA DE TRANSPORTE, para a custódia do TRANSPORTADOR, e (ii) onde é realizada a transferência da propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA.

**PONTO DE SAÍDA:** local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE onde o GÁS é colocado, pelo TRANSPORTADOR, à disposição para o recebimento da COMPRADORA.

**PREÇO DO GÁS (PG):** significa o preço do GÁS, em R\$/m<sup>3</sup> (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS.

**PROCESSADOR:** significa a empresa titular da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC), nos termos da Resolução ANP 17/2010 e da Resolução ANP 16/2008, ou outra(s) que vier(em) a substituí-la(s).

**QUALIDADE DO GÁS:** significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la.

**QUANTIDADE DE GÁS:** significa um volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA e no PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA.

**QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA):** significa a QUANTIDADE DE GÁS que tenha sido efetivamente atribuída à COMPRADORA pelo TRANSPORTADOR, em determinado DIA, conforme termos do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

**QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC):** significa a QUANTIDADE DE GÁS, em base diária, prevista na CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA, objeto dos compromissos de programação e recebimento estabelecidos neste CONTRATO.

**QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE):** significa a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA solicita ao



TRANSPORTADOR, em um determinado DIA, para que seja colocada à sua disposição em um PONTO DE ENTRADA, para a prestação do serviço de transporte referente ao GÁS objeto deste CONTRATO.

**QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA SAÍDA (QDTNS):** significa a QUANTIDADE DE GÁS que a COMPRADORA solicita ao TRANSPORTADOR, em um determinado DIA, para que seja colocada à sua disposição em um PONTO DE SAÍDA, para a prestação do serviço de transporte referente ao GÁS objeto deste CONTRATO.

**QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV):** significa a QUANTIDADE DE GÁS que a COMPRADORA tenha solicitado à VENDEDORA e que foi aceita pela VENDEDORA, nos termos da CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO, para, em determinado DIA, colocar à disposição no PONTO DE ENTRADA.

**QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA TRANSPORTADOR (QDPT):** significa a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA tenha nominado junto ao TRANSPORTADOR e que foi aceita pelo TRANSPORTADOR, nos termos da CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO, para, em determinado DIA, colocar à disposição no PONTO DE ENTRADA.

**QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS):** significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA à VENDEDORA, em determinado DIA, para que seja colocada à sua disposição no PONTO DE ENTRADA, conforme CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.

**QUANTIDADE FALTANTE (QF):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada MÊS na forma do item 6.3 deste CONTRATO.

**QUANTIDADE MEDIDA CORRIGIDA (QMC):** significa a QUANTIDADE DE GÁS, expressa em METROS CÚBICOS, apurada em determinado período no SISTEMA DE MEDIÇÃO do PONTO DE ENTRADA e/ou do PONTO DE SAÍDA, conforme o caso.

**QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada MÊS na forma do item 7.2, diretamente relacionada ao descumprimento da RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) da COMPRADORA prevista no item 7.1.

**SISTEMA DE TRANSPORTE:** conjunto de instalações físicas, de propriedade do TRANSPORTADOR, necessárias à prestação do respectivo serviço de transporte, incluindo, mas não se limitando aos dutos, estações de compressão, estações de medição, estações de redução de pressão, pontos de entrada e pontos de saída, existentes ou que venham a ser instalados.





**RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM):** significa o valor do compromisso da COMPRADORA, conforme definido no item 7.1. O valor do RMM será faturado na forma do item 13.3, sendo recuperável na forma deste e seus subitens.

**SENTENÇA ARBITRAL:** significa o pronunciamento definitivo a ser emitido pelo ÁRBITRO ÚNICO ou TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, às PARTES em procedimentos de ARBITRAGEM.

**SISTEMA(S) DE MEDIÇÃO:** significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, localizados no PONTO DE ENTRADA e nos PONTOS DE SAÍDA.

**TRANSPORTADOR:** significa a TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG, autorizada pela ANP para exercer a atividade de transporte de gás natural por meio de duto.

**TRIBUNAL ARBITRAL:** significa o tribunal constituído para solução de controvérsias conforme definido no item 16.4.3.

**UPGN:** significa a UPGN e/ou Unidade de Tratamento de GÁS, operada pelo PROCESSADOR contratado pela VENDEDORA, visando atender ao presente CONTRATO, nos termos da Resolução ANP 852/2021 e da Resolução ANP 16/2008, ou outra(s) que vier(em) a substituí-la(s).

**USUÁRIO FINAL:** significam os clientes da COMPRADORA que são consumidores de GÁS adquirido da VENDEDORA através deste contrato.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO:** significa o valor de R\$ 752.484.211,86 (setecentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e onze reais e oitenta e seis centavos), considerando o volume total estimado de GÁS a ser comercializado, o PREÇO DO GÁS e o prazo de vigência do CONTRATO.

## CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

**2.1.** O objeto deste CONTRATO é a venda e programação, por parte da VENDEDORA, e a compra e recebimento, por parte da COMPRADORA, de GÁS NATURAL, segundo as condições estipuladas nesse CONTRATO.

## CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E CONDIÇÕES SUSPENSIVAS

**3.1.** O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, encerrando-se em 31 de dezembro de 2025, sendo certo que o INÍCIO DO FORNECIMENTO ocorrerá em 17 de julho de 2023, observadas as previsões do item 3.4.



**3.2.** O prazo de vigência do presente CONTRATO poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as PARTES, o que será formalizado mediante a celebração do correspondente termo aditivo.

**3.3.** A eficácia deste CONTRATO, ressalvado o disposto no item 3.4, está sujeita ao cumprimento ou renúncia de todas as CONDIÇÕES SUSPENSIVAS a seguir descritas:

- (a) assinatura e eficácia dos CONTRATO(S) UPSTREAM;
- (b) Assinatura, pela VENDEDORA, de CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA com o TRANSPORTADOR, que tenham por objeto a contratação capacidade de transporte em base firme, desconsideradas as flexibilidades aplicáveis, que viabilize a entrega do GÁS objeto deste CONTRATO;
- (c) Assinatura, pela COMPRADORA, de CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA com o TRANSPORTADOR, que tenham por objeto a contratação de capacidade de transporte em base firme, desconsideradas as flexibilidades aplicáveis, que viabilize o recebimento do GÁS objeto deste CONTRATO;
- (d) A COMPRADORA deverá obter aprovação da ARSP para firmar o contrato de compra e venda de gás natural;

**3.4.** Caso qualquer das CONDIÇÕES SUSPENSIVAS não tenha sido satisfeita por uma das PARTES ou dispensada pela outra PARTE até data indicada acima para INÍCIO DO FORNECIMENTO, as PARTES reunir-se-ão a fim de discutir de boa-fé um adiamento do INÍCIO DE FORNECIMENTO. Caso não cheguem a um acordo a respeito de tal adiamento, qualquer das PARTES poderá rescindir o CONTRATO, com efeitos imediatos, mediante NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE. Nessa hipótese, a rescisão não será atribuída a responsabilidade de PARTE alguma e não serão devidas penalidades ou indenizações de uma PARTE à outra, devendo cada uma das PARTES pagar pelos seus próprios custos incorridos até então.

**3.5.** Cada uma das PARTES deverá praticar de boa-fé todos os atos necessários para que tais CONDIÇÕES SUSPENSIVAS sejam satisfeitas, envidando os esforços comercialmente razoáveis, e manter a outra PARTE informada das medidas tomadas e sobre os prazos de conclusão esperados.

**3.5.1.** Após a assinatura deste CONTRATO, as PARTES desde já acordam que, a cada ciclo de quinze (15) DIAS, realizarão reuniões, formalizadas através de atas, para que mutuamente se mantenham informadas acerca do progresso relativo ao atendimento das CONDIÇÕES SUSPENSIVAS, das medidas tomadas e dos prazos de conclusão esperados.

**3.6.** Sem prejuízo do termo final de vigência previsto no item 3.1 deste CONTRATO, permanecerão válidas após essa data as disposições relativas a foro, sigilo e



confidencialidade, incidências tributárias, conduta das partes, bem como as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução do CONTRATO.

#### CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA

**4.1.** A QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, será determinada de acordo com a tabela abaixo.

Período	QDC - (m <sup>3</sup> /dia)
Entre 17 de julho de 2023 e 31 de dezembro de 2025	400.000 (Quatrocentos mil METROS CÚBICOS por DIA)

**4.2.** A qualquer momento durante a vigência do CONTRATO, as PARTES poderão, em conjunto, avaliar as QDCs originalmente estabelecidas no CONTRATO e poderão, de comum acordo, alterá-las, mediante a celebração de termo aditivo a este CONTRATO.

**4.3.** Com o intuito de dar cumprimento às suas obrigações contratuais, inclusive no que se refere à QDC, a VENDEDORA poderá optar por disponibilizar à COMPRADORA gás natural processado oriundo de outras áreas produtoras e, conseqüentemente, realizar a contratação do SISTEMA DE TRANSPORTE em local distinto do PONTO DE ENTRADA originalmente previsto neste CONTRATO. Nesse caso, a VENDEDORA deverá notificar a COMPRADORA com antecedência mínima de um (1) dia sobre sua decisão, que produzirá efeitos a partir deste prazo, sendo que a COMPRADORA somente poderá rejeitar a alteração mediante justificativa razoável e devidamente fundamentada.

**4.3.1.** Caso a concessionária da outra área produtora seja AFILIADA da VENDEDORA, as PARTES concordam desde já com a celebração de termo aditivo para sua inclusão como PARTE neste CONTRATO, para fins de implementação da possibilidade aqui prevista.

**4.4.** Para os fins deste CONTRATO, as PARTES convencionam que a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) será o referencial quantitativo indicativo, em bases diárias, das obrigações assumidas, tanto pela VENDEDORA quanto pela COMPRADORA, as quais terão a sua apuração efetivamente realizada por meio de média mensal, nos termos do item 6.2.4.

**4.5.** No caso de um ou mais USUÁRIO(S) FINAL(IS) optar(em) pela migração para a condição de CONSUMIDOR LIVRE e passar(em) a ser suprido(s) diretamente por supridor que não possua contrato de compra e venda de gás natural celebrado com a COMPRADORA, deixando assim de adquirir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL deste CONTRATO poderá ser reduzida no máximo até a proporção da QDC deste CONTRATO em relação às



quantidades diárias contratuais de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a COMPRADORA detiver com a VENDEDORA e de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a COMPRADORA detiver com outros produtores, importadores, supridores, carregadores ou comercializadores de gás natural no momento da referida redução, mediante solicitação e comprovação da COMPRADORA à VENDEDORA da migração do USUÁRIO FINAL para a condição de CONSUMIDOR LIVRE e a celebração de aditivo(s) contratual(is), observados os subitens abaixo.

**4.5.1.** Não poderão ocorrer reduções nas QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS nos casos em que os USUÁRIOS FINAIS que optarem pela migração para a condição de CONSUMIDOR LIVRE venham a ser abastecidos por outros produtores, importadores, supridores ou comercializadores de gás natural (i) que possuam relação de controle ou coligação com a COMPRADORA ou (ii) com os quais a COMPRADORA ou empresa AFILIADA da COMPRADORA já possua contrato de compra e venda de gás natural celebrado.

**4.5.2.** As reduções nas QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS de que trata o item 4.5 deverão ser requisitadas por meio de NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA à VENDEDORA, contendo a comprovação da migração do(s) USUÁRIO(S) FINAL(IS) para a condição de CONSUMIDOR LIVRE, mediante envio de cópia das comunicações recebidas desse(s) USUÁRIO(S) FINAL(IS), com as informações referentes à migração. As PARTES se comprometem a celebrar aditivos contratuais para formalizar as reduções da QDC no prazo de 90 (noventa) DIAS a contar da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA à VENDEDORA acerca da migração do USUÁRIO FINAL para a condição de CONSUMIDOR LIVRE.

**4.5.3.** Caso a COMPRADORA não envie NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, permanecem válidas (i) as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS pactuadas neste CONTRATO ou (ii) as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS ajustadas por meio de aditivos anteriores.

## CLÁUSULA QUINTA - PREÇO DO GÁS

**5.1.** O PREÇO DO GÁS (PG), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, no PONTO DE ENTRADA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela soma da PARCELA DE TRANSPORTE (PT), prevista no item 5.1.1, com a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), prevista no item 5.1.3, conforme fórmula abaixo:

$$PG_m = PT_m + PM_m$$

Onde:

$PG_m$	É o PREÇO DO GÁS (PG) para o mês "m", em que "m" é o mês de fornecimento, expresso em R\$/m <sup>3</sup> com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
$PT_m$	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), para o mês "m", em que "m" é o mês de fornecimento, calculada conforme indicado no item 5.1.1,



	expressa em R\$/m <sup>3</sup> , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
$PM_m$	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), para o mês “m”, em que “m” é o mês de fornecimento, calculada conforme fórmula indicada no item 5.1.3, expressa em R\$/m <sup>3</sup> , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

**5.1.1.** A PARCELA DE TRANSPORTE (PT), expressa em R\$/m<sup>3</sup>, será calculada mensalmente e corresponderá à totalidade dos valores incorridos pela VENDEDORA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, para atendimento a este CONTRATO, que serão integralmente repassados para a COMPRADORA. Tais valores incluem, mas não se limitam a:

- (a) Encargo de Serviço de Transporte (EST);
- (b) Encargo de Capacidade de Transporte Não Utilizada (ECNU);
- (c) Encargo de Custos Fixos de Compra e Venda de Gás (ECFCVG);
- (d) Encargo de Capacidade-Congestionamento (Tccong);
- (e) Encargo de GUSou (b) QUANTIDADE DE GÁS correspondente ao GÁS necessário para uso no SISTEMA DE TRANSPORTE fornecido ao TRANSPORTADOR pela VENDEDORA para atendimento deste CONTRATO. O custo a ser arcado pela COMPRADORA será calculado mediante a multiplicação de tal QUANTIDADE DE GÁS pela PARCELA DA MOLÉCULA – PM vigente no MÊS em questão;
- (f) Eventuais Encargo de Excedente Autorizado e Encargo de Excedente Não Autorizado, quando estes sejam cobrados pelo TRANSPORTADOR à VENDEDORA em razão de ação ou omissão da COMPRADORA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA,
- (g) Eventuais custos decorrentes de penalidades e/ou indenizações devidas pela VENDEDORA ao TRANSPORTADOR e/ou demais carregadores do SISTEMA DE TRANSPORTE, em decorrência de atos ou fatos aos quais a COMPRADORA tenha dado causa, incluindo, mas não se limitando a, os fatos relacionados ao descumprimento de seu compromisso de programação e retirada de GÁS no PONTO DE SAÍDA, e demais obrigações constantes no CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, bem como neste CONTRATO.

**5.1.1.1.** No repasse da PARCELA DO TRANSPORTE pela VENDEDORA à COMPRADORA, serão acrescidos, pela VENDEDORA, os tributos incidentes sobre tal contratação, nos termos dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA.





**5.1.2.** Ressalvadas as situações de não recebimento de GÁS (a) por FALHA NA PROGRAMAÇÃO ou (b) por qualquer conduta atribuível exclusivamente à VENDEDORA que viole o CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, a COMPRADORA obriga-se a pagar à VENDEDORA, como PARCELA DE TRANSPORTE, todos os custos incorridos pela VENDEDORA na contratação da capacidade de transporte para atendimento deste CONTRATO, que serão cobrados pela VENDEDORA da COMPRADORA em uma base de repasse (*pass-through*), conforme definidos no CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e na regulação da ANP.

**5.1.2.1.** As PARTES reconhecem que a PARCELA DE TRANSPORTE corresponde a um repasse dos valores pagos pela VENDEDORA ao TRANSPORTADOR pela prestação do serviço de transporte de entrada contratado pela VENDEDORA para atendimento deste CONTRATO, formalizado através do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, bem como dos créditos que o TRANSPORTADOR venha a emitir em favor da VENDEDORA relativos às tarifas de entrada e demais compromissos contratuais. Dessa forma, as PARTES concordam que qualquer mudança nos valores pagos ao TRANSPORTADOR pela VENDEDORA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA relativa deverá ser refletida no presente CONTRATO.

**5.1.3.** A PARCELA DE MOLÉCULA (PM), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, no PONTO DE ENTRADA, aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS pela VENDEDORA será apurada trimestralmente e será válida por 3 (três) meses a contar de abril, julho, outubro e janeiro conforme a fórmula descrita a seguir, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais.

$$PM_m = \frac{(13,5\% \text{ Brent}_m) TC_m}{FC}$$

onde:

$PM_m$	É a PARCELA DE MOLÉCULA, expressa em R\$/m <sup>3</sup> (reais por metros cúbicos), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, para o GÁS produzido nos Campos do POLO PEROÁ, referente ao MÊS m, sendo "m" o MÊS do fornecimento.
$TC_m$	é a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o MÊS de aplicação do reajuste (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
$Brent_m$	significa o valor adimensional da média mensal das cotações diárias <i>Brent Platts Dated Mid</i> (código <i>Platts PCAAS00</i> ), em US\$/bbl, referente aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o MÊS de aplicação do reajuste (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
$FC$	É o fator de conversão de m <sup>3</sup> para MMBTU equivalente a 26,8081 m <sup>3</sup> /MMBTu.



**5.2.** O PREÇO DO GÁS não inclui quaisquer tributos, devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, os quais serão acrescidos no valor total por ocasião do faturamento.

**5.2.1.** Não se entende como tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela VENDEDORA, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

**5.3.** O PREÇO DO GÁS (PG) será informado pela VENDEDORA à COMPRADORA até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS anterior ao da aplicação do reajuste.

**5.4.** Na hipótese de o *U.S. Energy Information Administration* ("EIA"), o *Bureau of Labor Statistics* ("BLS") ou o Banco Central do Brasil ("BC") deixarem de publicar quaisquer cotações que compõem as fórmulas de cálculo apresentadas no item 5.1, as PARTES deverão acordar a utilização da cotação de um novo indicador. Na ocorrência de impossibilidade dessa substituição, caso as PARTES não acordem no prazo de 15 (quinze) DIAS qual o indicador cuja cotação deverá ser utilizada, qualquer uma das PARTES poderá recorrer à ARBITRAGEM. Até a solução final da controvérsia, o faturamento deverá ser feito com base na cotação do indicador escolhido pela VENDEDORA.

## **CLÁUSULA SEXTA - COMPROMISSO DE PROGRAMAÇÃO DA VENDEDORA**

### **6.1. Compromisso de Programação da VENDEDORA.**

Durante toda a vigência do CONTRATO, a partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA compromete-se a (i) aceitar automaticamente, em cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV) até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC); (ii) nominar a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV), junto ao TRANSPORTADOR, como QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE); e (iii) disponibilizar para a custódia do TRANSPORTADOR, no PONTO DE ENTRADA a cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV), observada a limitação de programação efetuada pelo TRANSPORTADOR.

**6.1.1.** A fim de garantir o BALANCEAMENTO do SISTEMA DE TRANSPORTE, a COMPRADORA se obriga a efetuar, junto ao TRANSPORTADOR, a nomeação de QUANTIDADE DE GÁS para retirada no PONTO DE SAÍDA igual ou maior à QDPV, como QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA SAÍDA (QDTNS), observando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA e, ainda, indicar, caso aplicável, a QUANTIDADE DE GÁS correspondente ao GÁS necessário para uso no SISTEMA DE TRANSPORTE.

**6.1.2.** Além da possibilidade de ajustar os desequilíbrios no BALANCEAMENTO mediante nomeação e programação regular diárias na forma do item 6.1.1, na



eventualidade de existência de saldo entre (i) a QUANTIDADE MEDIDA CORRIGIDA (QMC) no PONTO DE ENTRADA e/ou PONTOS DE SAÍDA e, (ii) respectivamente, a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA pelo TRANSPORTADOR mediante nominação de QUANTIDADE DE GÁS por cada PARTE para o PONTO DE ENTRADA e/ou PONTOS DE SAÍDA, que gere um desequilíbrio no BALANCEAMENTO do portfólio das PARTES, então:

- (a) as PARTES poderão, mediante comum acordo, efetuar entre si, a troca de titularidade do GÁS sob custódia do TRANSPORTADOR, por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO (caso solicitado pelo TRANSPORTADOR), observadas as regras tributárias e regulatórias para troca de titularidade, bem como as previsões dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA;
- (b) o TRANSPORTADOR deverá validar a troca de titularidade solicitada para que esta tenha efeito;
- (c) caso a troca de titularidade do GÁS consubstancie a transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA, a COMPRADORA deverá pagar à VENDEDORA o PREÇO DO GÁS vigente no momento da troca, multiplicado pela QUANTIDADE DE GÁS objeto da troca, sendo este acrescido à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA TRANSPORTADOR (QDPT) para fins exclusivos do item 13.1 deste CONTRATO;
- (d) caso a troca de titularidade do GÁS seja relacionada à transferência de sua propriedade da COMPRADORA para a VENDEDORA, a VENDEDORA deverá pagar o PREÇO DO GÁS vigente no momento da troca, multiplicado pela QUANTIDADE DE GÁS objeto da troca, acrescidos os tributos aplicáveis. A COMPRADORA poderá compensar tal montante de quaisquer valores devidos por ela à VENDEDORA no âmbito deste CONTRATO, incluindo os tributos aplicáveis a cada compra e venda.

## 6.2. Penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

No caso de FALHA DE PROGRAMAÇÃO ao final de determinado MÊS, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade, de natureza compensatória, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PFP = 100\% \times QF \times PM$$

Onde:

PFP	é o valor da penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO devida pela VENDEDORA no MÊS em questão.
QF	é a soma da QUANTIDADE FALTANTE DE GÁS no MÊS em questão.



PM	é o PREÇO DA MOLÉCULA vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA DE PROGRAMAÇÃO.
----	--

**6.2.1.** A penalidade estabelecida no item 6.2 acima é a única indenização aplicável à VENDEDORA neste CONTRATO, observando-se o limite previsto no item 6.2.2. Nenhuma outra indenização será devida pela VENDEDORA, mesmo que as perdas e os danos efetivamente incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

**6.2.2.** Caso a FALHA DE PROGRAMAÇÃO seja oriunda de evento verificado no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e/ ou no(s) CONTRATO(S) UPSTREAM, não causado pela VENDEDORA, a penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO estará limitada ao valor efetivamente recebido pela VENDEDORA como indenização no contexto do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e/ou no(s) CONTRATO(S) UPSTREAM, conforme o caso.

**6.2.3.** A COMPRADORA não poderá ser indenizada por mais de uma vez pelo mesmo dano, de modo que (i) caso a COMPRADORA receba a integralidade da QDS no PONTO DE SAÍDA; (ii) sejam ajustados os desequilíbrios no BALANCEAMENTO entre as PARTES mediante sistemática de nominação e programação regular diária na forma do item 6.1.1 e/ ou implementados os procedimentos previstos no item 6.1.2; e/ou (iii) sempre que a COMPRADORA receber uma indenização por parte do TRANSPORTADOR e/ou de terceiros por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, a indenização a ser paga pela VENDEDORA à COMPRADORA por FALHA DE PROGRAMAÇÃO no âmbito deste CONTRATO não será aplicável ou, na hipótese (iii) descrita neste item, do valor devido a título de indenização pela VENDEDORA à COMPRADORA será deduzido o valor efetivamente recebido pela COMPRADORA.

**6.2.4.** Considerando a natureza do referencial quantitativo de GÁS diário deste CONTRATO previsto no item 4.5., não será considerada FALHA DE PROGRAMAÇÃO a hipótese em que a VENDEDORA nomear ao transportador QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE) em valor inferior à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV) para um determinado DIA, sempre que a média das QDTNEs no MÊS de referência for igual ou superior à média das QDPVs para o mesmo MÊS de referência.

### **6.3. QUANTIDADE FALTANTE.**

Observadas as previsões do item 6.2 e seu subitens, caso em determinado MÊS seja aplicável o pagamento de penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF = \sum QDPV - \sum QDTNE$$

Onde:



QF	é a soma da QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no MÊS em questão.
QDPV	é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV) de cada DIA do MÊS em questão.
QDTNE	é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE) de cada DIA do MÊS em questão

**6.3.1. Determinação da QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE):**

A determinação da QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE) será realizada através do envio, para a COMPRADORA, de cópia da NOTIFICAÇÃO de nominação de transporte, concomitantemente à sua efetiva apresentação pela VENDEDORA ao TRANSPORTADOR, considerando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, nos prazos previstos na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.

**CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA**

**7.1.** Ressalvadas as situações de não recebimento de GÁS por FALHA DE PROGRAMAÇÃO ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a cada MÊS a adquirir e solicitar junto à VENDEDORA e, ainda, a nominar junto ao TRANSPORTADOR no PONTO DE SAÍDA, e, mesmo que não solicite e/ou não nomine, pagar à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), uma quantidade de GÁS que, na média diária do correspondente MÊS, seja igual a 80% da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

**7.2. QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) no MÊS – Apuração**

Para fins de verificação do cumprimento da obrigação de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), a eventual QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) pela COMPRADORA no correspondente MÊS será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNA = (80\% \times QDC \times M) - (QF + QNFM + QNP) - \sum_{j=1}^M (QDA_j + NTC_j)$$

Onde:

QNA	é a QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) de GÁS no correspondente MÊS, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo.
QDC	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).
M	é o número de DIAS do correspondente MÊS em questão.
QF	é a soma da QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no respectivo MÊS, apurada conforme o item 6.3.



QNFM	é a QUANTIDADE DE GÁS não programada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo MÊS.
QNP	é a QUANTIDADE DE GÁS não programada em função de PARADAS PROGRAMADAS no respectivo MÊS.
QDA <sub>j</sub>	é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA) no DIA “j”.
NTC <sub>j</sub>	é a QUANTIDADE DE GÁS, comercializada no DIA “j”, por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO para compra, pela COMPRADORA e venda, pela VENDEDORA, de gás sem programação de transporte, relativo às ações de BALANCEAMENTO previstas no item 6.1.2.
j	é cada um dos DIAS do correspondente MÊS.

**7.2.1.** Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA), na forma deste item, a COMPRADORA deverá pagar os montantes previstos no item 13.3.

## CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO

**8.1.** A COMPRADORA enviará mensalmente à VENDEDORA, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) para o MÊS em referência e para os 2 (dois) MESES subsequentes.

**8.1.1.** Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 8.1 será enviada com 10 (dez) DIAS de antecedência ao INÍCIO DE FORNECIMENTO.

**8.1.2.** A NOTIFICAÇÃO referida no item 8.1 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), para cada DIA, considerando o seguinte:

- (a) a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) não poderá ser superiores à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), com exceção da hipótese prevista no item 8.1.2.1;
- (b) a ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS; e
- (c) a ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

**8.1.2.1.** A qualquer momento, a COMPRADORA poderá solicitar e a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou não, QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) superiores à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) e estabelecê-las como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS VENDEDORA (QDPV). Da mesma forma, as PARTES poderão alterar a QDTNE e/ou a QDTNS, para fins de ajustar os desequilíbrios no BALANCEAMENTO, mediante programação regular diária e/ou com base nos procedimentos previstos no item 6.1.2.



**8.1.3.** Até as 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) do DIA anterior ao DIA do fornecimento, a VENDEDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, deverá:

- (a) aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS VENDEDORA (QDPV), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), desde que se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2; ou
- (b) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS VENDEDORA (QDPV) compatíveis com a disponibilidade de GÁS, sem prejuízo de eventual caracterização de FALHA DE PROGRAMAÇÃO; ou
- (c) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS VENDEDORA (QDPV) compatíveis com a disponibilidade do SISTEMA DE TRANSPORTE.

**8.1.4.** Caso as solicitações da COMPRADORA não se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2, observado o disposto no item 8.1.2.1, será considerada como QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) a última solicitação da COMPRADORA em que a QDS tenha se enquadrado nos termos do item 8.1.2.

**8.1.4.1.** Qualquer requisição da COMPRADORA de QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS que superem o limite estabelecido na alínea (a) do item 8.1.2 poderá ser aceita ou não pela VENDEDORA, a exclusivo critério da VENDEDORA, e tal aceitação não deverá ser considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO. A não aceitação pela COMPRADORA não caracteriza FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

**8.1.5.** Caso a VENDEDORA não se pronuncie nos prazos do item 8.5, consideram-se aceitas e confirmadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ou as alterações da QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) do correspondente DIA realizadas nos termos do item 8.2, na forma do item 8.1.2.

**8.1.6.** Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV), em determinado DIA, a VENDEDORA enviará, tão logo quanto possível e antes dos horários limites de programação junto ao TRANSPORTADOR para o mesmo DIA ou para o DIA seguinte, NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize a FALHA DE PROGRAMAÇÃO, excetuadas as hipóteses previstas neste CONTRATO.

**8.2.** A QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) estabelecida para determinado DIA, notificada nos termos do item 8.1 poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) pela COMPRADORA mediante envio de NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA até as 13:30h (treze horas e trinta minutos) do DIA anterior ao do fornecimento e até as 12:30 (doze horas e trinta minutos) no DIA (intradiária) do fornecimento, observadas as condições estabelecidas no item 8.1.2. Neste momento, a COMPRADORA também informará à



VENDEDORA a QUANTIDADE DE GÁS correspondente ao GÁS necessário para uso no SISTEMA DE TRANSPORTE para o DIA seguinte.

**8.3.** Nos prazos estabelecidos no CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, a VENDEDORA compromete-se a nominar as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS VENDEDORA (QDPV) junto ao TRANSPORTADOR como QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE), para que estas sejam programadas pelo TRANSPORTADOR, no PONTO DE ENTRADA, a cada DIA, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS TRANSPORTADOR (QDPT).

**8.4.** A VENDEDORA compromete-se a disponibilizar, no PONTO DE ENTRADA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV) e à QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE) para o correspondente DIA.

**8.4.1.** A QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE) deve ser equivalente à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV) tanto em volume quanto na delimitação dos PONTOS DE ENTRADA e PONTOS DE SAÍDA do SISTEMA DE TRANSPORTE.

**8.5.** Caso a QDS enviada pela COMPRADORA seja superior à QDC ou caso a COMPRADORA tenha alterado a QDS conforme previsto no item 8.2, a VENDEDORA deverá responder a solicitação até às 15:00 (quinze horas) do DIA do fornecimento. A não comunicação implicará o estabelecimento da QDPV até o limite da QDC ou o estabelecimento da QDPV conforme a QDS estabelecida nos termos dos itens, 8.1.4 e 8.1.5, conforme o caso.

## **CLÁUSULA NONA - PONTO DE ENTRADA**

**9.1.** A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA ocorrerá no PONTO DE ENTRADA.

**9.1.1.** Todos os riscos e perdas de GÁS (i) a montante do PONTO DE ENTRADA são de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) a jusante do PONTO DE ENTRADA são de responsabilidade da COMPRADORA.

**9.2.** O GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA para custódia do TRANSPORTADOR no PONTO DE ENTRADA e permanecerá sob custódia e responsabilidade do TRANSPORTADOR até a entrega à COMPRADORA no PONTO DE SAÍDA, sendo certo que uma PARTE não será responsável perante a outra em razão de descumprimento, pelo TRANSPORTADOR, de seu dever de custódia e de suas obrigações previstas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

## **CLÁUSULA DEZ - MEDIÇÃO DO GÁS**

**10.1.1.** As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis aos SISTEMAS DE MEDIÇÃO do GÁS estão estabelecidas nos



CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no CONTRATOS DE TRANSPORTE.

## **CLÁUSULA ONZE - QUALIDADE DO GÁS**

**11.1.** O GÁS a ser nominado e disponibilizado pela VENDEDORA deverá apresentar características de qualidade que atendam às especificações do Regulamento Técnico ANP nº 002/2008, anexo à Resolução ANP Nº 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

**11.2.** As PARTES reconhecem que as regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis à cromatografia e calibração de cromatógrafo do GÁS estarão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo os CONTRATOS DE TRANSPORTE, para todos os efeitos, prevalecer em relação a quaisquer regras gerais, limites, periodicidades e condições técnicas específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

## **CLÁUSULA DOZE - PARADAS PROGRAMADAS E NÃO PROGRAMADAS**

**12.1.** As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução, total ou parcial, na disponibilização (PARADAS PROGRAMADAS da VENDEDORA) ou no recebimento de GÁS (PARADAS PROGRAMADAS da COMPRADORA), para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendado, dos equipamentos referidos no item 12.1.1 abaixo, nas quais ocorrerá redução total ou parcial na disponibilização ou recebimento do GÁS pela VENDEDORA ou pela COMPRADORA, conforme o caso. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser disponibilizada pela VENDEDORA ou recebida pela COMPRADORA durante uma PARADA PROGRAMADA será abatida dos compromissos de programação da VENDEDORA e dos compromissos de recebimento da COMPRADORA.

**12.1.1.** Para fins das PARADAS PROGRAMADAS, considerar-se-ão (i) como equipamentos comprovadamente vinculados ao fornecimento e disponibilização de GÁS: as unidades, os sistemas, e os equipamentos auxiliares de produção, processamento, tratamento, coleta, escoamento, transporte e entrega do GÁS (seja de propriedade da VENDEDORA, seus contratados e/ou terceiros, inclusive aqueles que figurem como partes no(s) CONTRATO(S) UPSTREAM) e (ii) como equipamentos vinculados ao recebimento de GÁS: os que constituem o sistema de transporte, desde



que diretamente relacionados ao recebimento do GÁS abarcado pelo presente CONTRATO.

**12.2.** As PARTES têm direito a efetuar PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

- (a) A duração das PARADAS PROGRAMADAS de cada PARTE estará limitada ao total de 360 (trezentos e sessenta) horas por ANO.
- (b) Na eventualidade de a limitação prevista no item (a) acima não ser suficiente para abarcar as PARADAS PROGRAMADAS oriundas de eventos relacionados ao(s) CONTRATO(S) UPSTREAM e/ou CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e/ou CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA, então tal limitação será ajustada, na medida necessária para alinhamento com os referidos contratos, sem que seja caracterizado descumprimento contratual de qualquer das PARTES.
- (c) A PARTE que desejar efetuar uma PARADA PROGRAMADA deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, com pelo menos 60 (sessenta) DIAS de antecedência, informando a data de início da PARADA PROGRAMADA, o volume a ser reduzido e a duração prevista.
- (d) Na eventualidade de ocorrência de PARADAS NÃO PROGRAMADAS que impossibilitem, total ou parcialmente, a programação e a disponibilização de GÁS pela VENDEDORA à COMPRADORA, a VENDEDORA deverá informar à COMPRADORA, tão logo receba informações acerca de tais eventos, bem como sobre a sua duração e impactos da PARADA NÃO PROGRAMADA nas QUANTIDADES DE GÁS objeto deste CONTRATO.
- (e) As PARTES envidarão esforços para coincidir suas respectivas PARADAS PROGRAMADAS e minimizar o impacto das PARADAS PROGRAMADAS e/ou PARADAS NÃO PROGRAMADAS para cada uma das PARTES.

**12.2.1.** A data de início da PARADA PROGRAMADA poderá ser postergada, a exclusivo critério da PARTE que a tenha solicitado, desde que tal alteração seja solicitada mediante NOTIFICAÇÃO, com no mínimo 30 (trinta) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA, nos termos do item 12.2(c). Caso tais condições não sejam observadas, a data originalmente NOTIFICADA prevalecerá para todos os fins do presente CONTRATO.

## **CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO**

**13.1.** O faturamento será efetuado mensalmente, no prazo indicado no item 13.6, correspondendo cada MÊS a um PERÍODO DE FATURAMENTO, ou seja, o PERÍODO DE FATURAMENTO será o período de fornecimento compreendido entre o primeiro dia ao último dia do MÊS. O faturamento será realizado pela sede e/ou filial da VENDEDORA, localizadas no Estado do Rio de Janeiro e/ou Espírito Santo.



**13.2.** Pelo fornecimento de GÁS em um dado PERÍODO DE FATURAMENTO, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = \sum_{i=1}^n (QDA_i + NTC_i) \times PG$$

Onde:

$F$	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO.
$QDA_i$	é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA(QDA) em cada DIA do MÊS em questão.
$NTC_i$	é a QUANTIDADE DE GÁS comercializada no DIA “i” por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO para compra e venda de gás sem programação de transporte, relativo às ações de BALANCEAMENTO previstas no item 6.1.2.
$PG$	é o PREÇO DO GÁS vigente no MÊS em questão.
$i$	Corresponde a cada DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO.
$n$	Corresponde ao total DIAS do PERÍODO DE FATURAMENTO.

**13.3.** O valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), caso seja apurada QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) em determinado MÊS, na forma do item 7.2, será o produto da QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) pelo valor da PARCELA DA MOLÉCULA vigente no MÊS em questão, conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{RMM} = QNA \times PM$$

Onde:

$FAT_{RMM}$	É o valor a ser pago de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) pela COMPRADORA à VENDEDORA, em razão do não cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL estabelecido no item 7.2.
QNA	É a QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) no MÊS.
PM	É a PARCELA DA MOLÉCULA (PM) vigente no MÊS em que foi apurada a QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA).

**13.4.** Para fins dos itens 13.2 e 13.3, o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

**13.5.** Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

**13.5.1.** A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, será realizada MENSALMENTE, após o correspondente MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.



### **13.6. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.**

Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos à PARCELA DE TRANSPORTE deverão ser apresentados igualmente até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram, caso incluídos em nota fiscal de venda do GÁS, ou até o 10º (décimo) DIA ÚTIL DO MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram, caso sejam cobrados de outra forma, e seguirão o mesmo formato utilizado pelo TRANSPORTADOR para cobrança dos custos que o compõem.

### **13.7. Vencimento de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.**

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos até o 10º (décimo) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos à PARCELA DE TRANSPORTE deverão ser pagos no mesmo prazo, quando incluídos em DOCUMENTO DE COBRANÇA de venda do GÁS, ou até o 21º (vigésimo-primeiro) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Em caso de atraso na apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

### **13.8. Tributos e Encargos.**

**13.8.1.** O recolhimento dos tributos de qualquer natureza e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura ou suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

**13.8.1.1.** Os tributos devidos em decorrência direta da execução deste CONTRATO serão incluídos nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA na forma do item 5.2.

**13.8.2.** Se, durante o prazo de vigência do CONTRATO, ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, ou, ainda, alterações no PONTO DE ENTRADA e/ou no PONTO DE SAÍDA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto de forma a contemplar a majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

**13.8.3.** A revisão prevista no item 13.8.2 que ocasione a majoração do valor faturado somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão discricionária da VENDEDORA, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da VENDEDORA.



**13.8.4.** O PREÇO DO GÁS poderá ser ajustado, mediante comum acordo entre as Partes, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Economia, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

**13.8.5.** Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com os itens 13.6 e 13.7.

**13.8.6.** As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário. Caso a intimação fiscal emitida pelos órgãos competentes determine prazo inferior, este deverá ser observado.

### **13.9. ENCARGOS MORATÓRIOS.**

No caso de atraso no pagamento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA, o valor do DOCUMENTO DE COBRANÇA estará sujeito a atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao MÊS, *pro rata tempore*, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, perfazendo o montante atualizado.

### **13.10. Cobranças Objeto de Controvérsia.**

**13.10.1.** Havendo controvérsia sobre a importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

- (a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu



desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA e reter o pagamento da parte controversa até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA;

- (b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, deverá enviar NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e
- (c) Se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, deverá enviar NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto na CLÁUSULA DEZESSEIS - LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO deste CONTRATO. O montante controverso deverá ser pago, de toda forma, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, sob pena de aplicação dos ENCARGOS MORATÓRIOS previstos no item 13.9.

**13.10.2.** Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 13.10.1(b) e (c).

## **CLÁUSULA QUATORZE - INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO**

**14.1.** Qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES:

- (a) O não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor integral correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste CONTRATO.
- (b) O descumprimento substancial por quaisquer das Partes das obrigações estabelecidas neste CONTRATO, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento.
- (c) Falência, liquidação ou a dissolução de qualquer das PARTES ou caso qualquer delas efetue pedido de autofalência, entre em liquidação judicial ou extrajudicial, ou sofra intervenção de qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL competente.



- (d) Nos casos de homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial, falha em prestar caução suficiente para garantir o cumprimento de obrigações contratuais que representem o valor das verbas rescisórias estabelecidas no item 14.2.
- (e) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a CLÁUSULA DEZESSETE - CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.
- (f) Perda, cancelamento ou revogação, por culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO.

**14.1.1.** Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES, a PARTE que esteja adimplente enviará NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 10 (dez) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

**14.1.2.** Na hipótese do item 14.1.1 acima, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do presente CONTRATO desde que (i) tenha transcorrido o prazo de 60 (sessenta) DIAS estabelecido no item 14.1.1 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente informando de sua decisão pela resolução do CONTRATO, uma vez transcorrido o prazo de 10 (dez) DIAS estabelecido no item 14.1.1. sem que o inadimplemento tenha sido sanado.

**14.1.3.** Nas hipóteses em que a COMPRADORA seja a PARTE inadimplente, enquanto o EVENTO DE INADIMPLEMENTO não seja totalmente sanado, a VENDEDORA estará desobrigada de atender a qualquer solicitação de GÁS, com sua respectiva QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) e a disponibilizar qualquer quantidade de GÁS no PONTO DE ENTRADA. Eventual tolerância pela VENDEDORA em suspender a nomeação e a disponibilização não deverá ser entendida como renúncia, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento enquanto perdure o EVENTO DE INADIMPLEMENTO.

**14.1.3.1.** Caso a VENDEDORA proceda à suspensão descrita neste item 14.1.3, a COMPRADORA continua obrigada ao cumprimento de suas obrigações do CONTRATO, inclusive no que diz respeito ao pagamento pelo compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL.

**14.1.3.2.** Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO notificado, as obrigações das PARTES do CONTRATO serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

**14.2.** Na hipótese de resolução deste CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, o valor apurado conforme abaixo, observado o limite aplicável à VENDEDORA, conforme previsto no item 14.2.3 deste CONTRATO:



$$VI = QDC \times DF \times PG \times 30\%$$

Onde:

VI	É o valor de indenização a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE em reais (R\$).
QDC	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO.
DF	É a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO.
PG	Corresponde ao PREÇO DO GÁS vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO.

**14.2.1.** Sem prejuízo dos itens 14.4 abaixo, acordam as PARTES que o valor estipulado no item 14.2 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nenhum valor adicional poderá ser pleiteado pela PARTE adimplente extrajudicialmente ou judicialmente.

**14.2.2.** A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE(S) inadimplente(s) com o valor correspondente à indenização por resolução do CONTRATO prevista no item 14.2 e subitens, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

**14.2.3.** O limite de responsabilidade das PARTES no âmbito deste CONTRATO, incluindo nas hipóteses descritas na Cláusula 6.2 deste CONTRATO, será de 10% do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO.

**14.2.3.1.** O limite de responsabilidade estabelecido na Cláusula 14.2.3 acima não será aplicável aos valores faturados pela VENDEDORA e devidos pela COMPRADORA, sendo certo que a COMPRADORA permanecerá com a obrigação de pagar tais valores de acordo com os termos deste CONTRATO.

**14.3.** Adicionalmente às hipóteses previstas nessa Cláusula, o presente CONTRATO poderá ser resolvido na ocorrência de um evento caracterizado nos termos deste CONTRATO como CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, cujos efeitos subsistam por um período ininterrupto superior a 12 (doze) MESES, impedindo qualquer das PARTES de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações previstas neste CONTRATO. Nesta hipótese, nenhuma indenização será devida de uma PARTE à outra em função do término do CONTRATO.

**14.4.** A resolução deste CONTRATO não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste CONTRATO sobre incidências tributárias e solução de controvérsias e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.



**14.5.** O CONTRATO poderá ser resolvido por qualquer das PARTES, mediante envio de NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra PARTE, nas seguintes ocorrências:

- (a) Por mútuo acordo das PARTES;
- (b) nas hipóteses dos itens 3.4. deste CONTRATO;
- (c) na eventualidade de impossibilidade de extensão da vigência do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e/ou celebração, pela VENDEDORA, de novos instrumentos contratuais que permitam a injeção do GÁS no SISTEMA DE TRANSPORTE, em qualquer hipótese, por motivo não atribuível exclusivamente à VENDEDORA.

## **CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**

**15.1.** Caracteriza-se como CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, com estrita observância do Artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA, e/ou suas AFILIADAS, não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

### **15.2. Abrangência.**

**15.2.1.** Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta Cláusula:

- (a) Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico;



- (b) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição acidental de instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA ou de seus contratados, desde que sem culpa dos mesmos;
- (c) Cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis;
- (d) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES;
- (e) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público;
- (f) Comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR que afete as unidades, os sistemas, os equipamentos auxiliares e as instalações de produção do GÁS objeto deste CONTRATO;
- (g) Comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR que afete as unidades, os sistemas, os equipamentos auxiliares e as instalações de escoamento e/ou processamento necessárias para atendimento deste CONTRATO, sendo elas de titularidade de VENDEDORA ou acessadas pela VENDEDORA no âmbito do(s) CONTRATO(S) UPSTREAM;
- (h) Comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR que afete as unidades, os sistemas, os equipamentos auxiliares e as instalações de distribuição da COMPRADORA necessárias para o recebimento do GÁS.

### **15.3. Eventos excluídos.**

Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

- (a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA;
- (b) Alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do GÁS em geral; e



- (c) Qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

**15.4. Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.**

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

- (a) Informar imediatamente sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento;
- (b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a retomada da execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível;
- (c) Manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação;
- (d) Prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências;
- (e) Permitir à outra PARTE, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar; e
- (f) Complementar posteriormente as informações de que trata o item 15.4(a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como o respectivo impacto adverso efetivamente verificado no cumprimento de suas obrigações.

**15.4.1.** Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 15.4(a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

**15.4.2.** Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 15.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO pela outra PARTE.

**15.4.3.** Com relação ao item 15.4(b), a PARTE AFETADA não estará obrigada a agir diferentemente do que seja apropriado às práticas da indústria.



#### **15.5. Obrigações não afetadas.**

Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, observado o disposto nos itens 15.4.1 e 15.4.2 quanto ao início da produção dos efeitos, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

#### **15.6. Efeitos no CONTRATO.**

**15.6.1.** Com a caracterização de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**15.6.2.** Na hipótese em que o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR não impeça o cumprimento total das obrigações da PARTE AFETADA, mas apenas parcial, enquanto perdurar o evento, para cada DIA, será estabelecida uma nova QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), considerando a QUANTIDADE DE GÁS afetada constante na NOTIFICAÇÃO de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, que servirá de base para a aferição dos compromissos de programação e retirada e o cálculo de eventuais penalidades estabelecidas neste CONTRATO.

**15.6.3.** A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser aceita pela VENDEDORA e/ou nominada pela VENDEDORA junto ao TRANSPORTADOR em função de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será abatida dos compromissos de programação e de retirada do CONTRATO.

**15.7.** Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, qualquer das PARTES poderá submetê-la à ARBITRAGEM, sendo que, enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

**15.8.** Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

### **CLÁUSULA DEZESSEIS - LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO**

**16.1.** O CONTRATO será regido pelas leis brasileiras.



Diante de quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO ou a ele relacionadas, as PARTES deverão observar o seguinte procedimento:

#### **16.2. MEDIAÇÃO.**

- (a) Antes de instaurar procedimento de ARBITRAGEM, deverá ser instaurado um procedimento de MEDIAÇÃO, a ser iniciado por qualquer uma das PARTES. Tal MEDIAÇÃO será administrada pela CÂMARA e instaurada e realizada na forma do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA e da Lei 13.140/15;
- (b) O mediador deverá ser escolhido de comum acordo pelas PARTES, nos termos do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA. Caso as PARTES não consigam chegar a um consenso quanto à nomeação do mediador único em 10 DIAS, inicia-se a ARBITRAGEM prevista nas cláusulas 16.4 e seguintes; e
- (c) A primeira reunião de MEDIAÇÃO deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) DIAS corridos, contados da nomeação do mediador, e deverá ser realizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

#### **16.3. PERITAGEM.**

- (a) Ao final da MEDIAÇÃO, caso seja identificado que o mérito da controvérsia versa sobre uma questão eminentemente técnica (e.g., medição, condições de pressão, aferição de equipamentos, etc.) ou que para resolução do mérito da controvérsia se faz necessário a elucidação de uma questão técnica, as PARTES darão início, no prazo de 10 (dez) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, a um procedimento de PERITAGEM, na forma prevista nos itens abaixo. Caso não haja acordo entre as PARTES no sentido de se a resolução de certa controvérsia envolve questão técnica a ser apreciada por meio da PERITAGEM, cada uma das PARTES consignará à outra, por escrito, os motivos pelos quais entende ser cabível ou não o procedimento de PERITAGEM. Após isto, qualquer uma das PARTES poderá submeter a controvérsia (como um todo e não apenas naquilo que concerne o cabimento ou não da PERITAGEM) à ARBITRAGEM. Caso no curso da ARBITRAGEM seja deferida produção de prova pericial que verse sobre questão que poderia ter sido submetida previamente à PERITAGEM, a PARTE que consignou sua posição pela inaplicabilidade da PERITAGEM sobre a matéria controversa deverá arcar com todos os custos da perícia na ARBITRAGEM. Além disso, o TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, deverá considerar tal comportamento da PARTE como protelatório e levar tal fato em consideração na sua decisão final.
- (b) Entendendo-se que a PERITAGEM é aplicável à controvérsia, as PARTES deverão, no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do término da



MEDIAÇÃO, eleger o PERITO responsável pelo exame da matéria controvertida, os termos do instrumento de nomeação do PERITO no qual deverá ser consignada a matéria controversa e os quesitos a serem respondidos pelo PERITO e o valor máximo que se pagará como honorários do PERITO.

- (c) Se dentro do prazo definido no subitem precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, os termos do instrumento de contratação, os honorários a serem pagos ou o PERITO escolhido pelas PARTES não aceitar o encargo, ter-se-á como findo o procedimento de PERITAGEM e qualquer uma das PARTES poderá dar início ao procedimento de ARBITRAGEM, tendo por objeto a controvérsia como um todo.

**16.3.1.** Nomeado o PERITO e firmado o termo de sua contratação, proceder-se-á com a elaboração do laudo, devendo ser observado o seguinte. O PERITO:

- (a) apurará com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão somente nos fatos e dados apresentados pelas PARTES ou documentos técnicos públicos;
- (b) decidirá a controvérsia no prazo e limites determinados pelas PARTES;
- (c) manterá e diligenciará pela confidencialidade;
- (d) notificará previamente à outra PARTE, qualquer reunião que tencione realizar com uma PARTE, facultando àquela outra a participação no referido encontro;
- (e) determinará um prazo para envio de documentos pelas PARTES e findo tal prazo ignorará todas as informações a ele remetidas, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico; e
- (f) poderá requerer às PARTES quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da controvérsia.

**16.3.2.** Cada PARTE terá, em relação ao PERITO e à outra PARTE, as seguintes obrigações e prerrogativas durante o procedimento de PERITAGEM:

- (a) enviar ao PERITO, no prazo por ele fixado, os documentos com as informações necessárias ao julgamento da controvérsia;
- (b) dispor para o PERITO, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o PERITO julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;



- (c) enviar simultaneamente à outra PARTE cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas precedentes;
- (d) arcar com os respectivos custos para envio das informações ao PERITO e à outra PARTE, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo, conforme a necessidade individual de cada PARTE;
- (e) arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de PERITAGEM, entre os quais honorários do PERITO;
- (f) participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE;
- (g) comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao PERITO, desde que o faça por escrito e no prazo de 14 (quatorze) DIAS de recebimento de tais informações.

**16.3.3.** Ao término do procedimento de PERITAGEM, que se dará com a entrega do laudo final pelo PERITO, as PARTES deverão no prazo de 10 (dez) DIAS decidir se iniciarão novo procedimento de MEDIAÇÃO, com o mesmo mediador do primeiro procedimento, levando-se em consideração, agora, o laudo apresentado pelo PERITO.

**16.3.4.** Caso decidam por não proceder com nova MEDIAÇÃO, quaisquer das PARTES poderá dar início à ARBITRAGEM sendo que do Termo de Arbitragem deverá constar que (i) o laudo produzido na PERITAGEM será considerado como prova na ARBITRAGEM e às PARTES será vedado solicitar perícia que verse sobre a matéria tratada na PERITAGEM, ressalvada a possibilidade de realização de nova perícia por determinação do TRIBUNAL ARBITRAL, e neste caso, apresentação de laudos técnicos elaborados por assistentes técnicos das PARTES; e (ii) os custos incorridos por uma PARTE na PERITAGEM deverão ser reembolsados pela PARTE perdedora da ARBITRAGEM, devendo tal reembolso constar da SENTENÇA ARBITRAL. Após a decisão final, a PARTE vencedora será reembolsada, pela PARTE perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a PERITAGEM, incluindo os honorários do PERITO.

#### **16.4. ARBITRAGEM.**

**16.4.1.** A ARBITRAGEM será conduzida de acordo com o regulamento de arbitragem da CÂMARA, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do CONTRATO, hipótese na qual prevalecerão as disposições do CONTRATO, e será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

**16.4.2.** O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o português.

**16.4.3.** Os ÁRBITRO(S) serão nomeados da seguinte forma:



- (a) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por ÁRBITRO ÚNICO. A Secretaria da Câmara solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS, o ÁRBITRO ÚNICO para atuar no procedimento arbitral. O ÁRBITRO ÚNICO deverá ser indicado por consenso entre as PARTES. Não havendo consenso, a Diretoria da Câmara encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as PARTES procedam da seguinte forma:
- i. cada PARTE deverá, separadamente, no prazo comum de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada PARTE poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os profissionais remanescentes na lista serão pontuados pela PARTE de acordo com a preferência da PARTE para sua indicação como ÁRBITRO ÚNICO. Os pontos serão distribuídos da seguinte forma: um ponto para o primeiro nome de preferência, dois pontos para o segundo nome de preferência e três pontos para o terceiro nome de preferência;
  - ii. recebidas as listas com as ordens de preferência das PARTES, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada por cada uma das PARTES; e
  - iii. o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o ÁRBITRO ÚNICO. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o ÁRBITRO ÚNICO.
- (b) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:
- i. A PARTE que queira suscitar a controvérsia apresentará requerimento de instauração de arbitragem à CÂMARA, nos termos do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu ÁRBITRO ("**PRIMEIRO ÁRBITRO**").
  - ii. Dentro de 5 (cinco) DIAS do recebimento da notificação da CÂMARA nesse sentido, a outra PARTE responderá o pedido de instauração da arbitragem e indicará o nome de seu ÁRBITRO ("**SEGUNDO ÁRBITRO**").



- iii. Dentro de 5 (cinco) DIAS da nomeação do SEGUNDO ÁRBITRO, ambos os ÁRBITROS elegerão um TERCEIRO ÁRBITRO, que presidirá os trabalhos.
- iv. Se não houver consenso sobre o TERCEIRO ÁRBITRO, sua indicação ficará a cargo da CÂMARA.

16.4.4. Na hipótese de as Regras do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

- (a) À Lei Nº 9.307 de 23/09/1996, que dispõe sobre a arbitragem.
- (b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

16.4.5. A SENTENÇA ARBITRAL será apresentada: (i) no prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, no caso de TRIBUNAL ARBITRAL; ou (ii) em 30 (trinta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, no caso de ARBITRAGEM com ÁRBITRO ÚNICO.

16.4.6. A SENTENÇA ARBITRAL deverá atender todos os requisitos da Lei Nº 9.307 de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitida por escrito no Brasil e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, observados os termos da LEI.

16.4.7. Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- (a) Assegurar a instituição da ARBITRAGEM.
- (b) Obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em ARBITRAGEM, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM.
- (c) Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da SENTENÇA ARBITRAL.
- (d) Pleitear a nulidade da SENTENÇA ARBITRAL, nas hipóteses permitidas em LEI.



## 16.5. Foro.

Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES poderão recorrer ao foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## CLÁUSULA DEZESSETE - CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

**17.1.** O CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido total ou parcialmente, salvo com o consentimento por escrito da outra PARTE(S), observado o disposto nos itens 17.2 e 17.3 abaixo.

**17.2.** A VENDEDORA poderá transferir, sem o consentimento da COMPRADORA, o CONTRATO ou os direitos relativos ao CONTRATO à sua controladora, às controladas, subsidiárias, coligadas ou AFILIADAS da sua controladora. Neste caso, a VENDEDORA será automaticamente liberada de todos os deveres e responsabilidades, que deverão ser integralmente assumidos pelo cessionário.

**17.3.** Fica expressamente autorizada a cessão, pela VENDEDORA, dos recebíveis resultantes deste CONTRATO, como garantia para fins do financiamento de suas atividades, incluindo, mas não se limitando ao penhor ou alienação fiduciária.

## CLÁUSULA DEZOITO - DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

**18.1.** As notificações deverão ser feitas sempre por meio eletrônico escrito e serão consideradas efetivadas: (i) se por e-mail, na data constante da confirmação de recebimento pela outra Parte; (ii) se por meio escrito, na data constante do aviso de recebimento; e (iii) se pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, desde que enviada para o número de telefone cadastrado neste Contrato, com confirmação de entrega da mensagem - "✓✓", sendo considerada como entregue: (1) vinte e quatro horas após o horário da confirmação da entrega da mensagem; ou (2) no dia e horário da confirmação da leitura da mensagem - "✓✓" em azul"; dos dois o que ocorrer primeiro.

**18.1.1.** As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao CONTRATO:

### (a) VENDEDORA

Praia de Botafogo 186, salas 1301, 1401 e 1501, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ  
CEP 22250-145

A/C: Rachid Felix / Thiago Martins

Fone: (21) 3475-5555

Email: rachid.felix@3rpetroleum.com.br /

thiago.martins@3rpetroleum.com.br

(b) COMPRADORA

Avenida Nossa Senhora da Penha, 714, 11º. Andar, Sala 1101-1105, Praia do Canto, Vitória/ES  
CEP 29.055-130  
A/C: Odilson Silva da Nóbrega / Walter Fernando Piazza Junior  
Fone: (27) 3398-7089  
Email: odilson.nobrega@esgas.com.br/ walter.piazza@esgas.com.br

**18.2.** Serão válidas ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra PARTE, mediante telefonema gravado, transmissão de fac-símile ou comunicação eletrônica, em qualquer caso, com confirmação de recebimento, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

(a) VENDEDORA

Praia de Botafogo 186, salas 1301, 1401 e 1501, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ  
CEP 22250-145  
A/C: Rachid Felix / Thiago Martins  
Fone: (21) 3475-5555  
Email: rachid.felix@3rpetroleum.com.br /  
thiago.martins@3rpetroleum.com.br

(b) COMPRADORA

Avenida Nossa Senhora da Penha, 714, 11º. Andar, Sala 1101-1105, Praia do Canto, Vitória/ES  
CEP 29.055-130  
A/C: Odilson Silva da Nóbrega / Walter Fernando Piazza Junior  
Fone: (27) 3398-7089  
Email: odilson.nobrega@esgas.com.br/ walter.piazza@esgas.com.br

**18.3.** Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE.

**18.4.** Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

**18.5.** Para os fins dos termos e condições dispostos na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO, as PARTES deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em funcionamento contínuo durante todos os DIAS, durante o período de 8h (oito horas) até as 18h (dezoito horas).



## CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

**19.1.** Constituem exceções às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS apenas informações contidas em uma das seguintes categorias:

- (i) Informações que, antes de serem divulgadas sob o presente CONTRATO, sejam de domínio público.
- (ii) Informações que, depois de serem divulgadas em decorrência do presente CONTRATO, venham a ser de domínio público, exceto quando tal registro seja o resultado da quebra deste Contrato por qualquer uma das PARTES.
- (iii) Informações outras que obtidas de terceiras partes, que, antes de serem divulgadas sob o presente CONTRATO, tenham estado legalmente de posse de uma das PARTES sem limitação de divulgação a outros, ou que posteriormente fiquem livres de tal limitação;
- (iv) Informações obtidas por uma das PARTES de um terceiro que esteja legalmente de posse de tais informações e não sujeito a uma relação contratual ou fiduciária com a outra PARTE ou com qualquer de suas unidades, com respeito à informação citada.

**19.2.** As PARTES declaram que possuem diretrizes e procedimentos desenvolvidos para proteger os direitos de segredo comercial de suas próprias informações confidenciais, incluindo notificações a seus funcionários para prevenir publicação não autorizada e divulgação de tais informações. As PARTES concordam que as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS deverão estar sujeitas a estas diretrizes e procedimentos. Adicionalmente, as PARTES concordam em não divulgar quaisquer INFORMAÇÕES a quaisquer terceiros ou usar INFORMAÇÕES a não ser em benefício das PARTES, a menos que autorizado previamente e por escrito pela outra PARTE. Se a divulgação a um terceiro for desta forma autorizada, as PARTES deverão assinar um contrato de confidencialidade com tal terceiro nos mesmos termos e condições com respeito ao uso ou divulgação das INFORMAÇÕES, conforme determinado nesta cláusula.

**19.3.** As PARTES declaram, ainda, que adotarão as medidas necessárias para que seus empregados, dirigentes, prepostos, consultores e todas as pessoas sob sua responsabilidade, cujo contato com o conteúdo e execução do objeto do presente CONTRATO seja inevitável, não divulguem as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, e mantenham a confidencialidade acordada. As PARTES serão integralmente responsáveis pela ruptura do compromisso de confidencialidade dos seus empregados, prepostos, consultores, dirigentes e pessoas sob sua responsabilidade.

**19.4.** Caso ocorra desrespeito aos compromissos de confidencialidade previstos nesta cláusula, tal evento ensejará: (i) causa suficiente para a resolução do CONTRATO pela PARTE inocente, sem que a outra PARTE tenha direito a qualquer indenização e sem prejuízo do dever da PARTE que violar o compromisso de indenizar pelos prejuízos



causados; (ii) obrigação da PARTE violadora de indenizar a PARTE inocente por quaisquer danos, ônus e/ou prejuízos ora suportados pela PARTE inocente; bem como (iii) a PARTE violadora estará sujeita ao pagamento, à PARTE inocente, do montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) a título de multa não compensatória.

**19.5.** A obrigação de confidencialidade não se aplica aos casos de decisão judicial ou disposição de lei que obrigue a divulgação, devendo a PARTE obrigada a divulgá-las nessas circunstâncias comunicar à outra PARTE, permitindo-a intervir para buscar uma medida cautelar ou outro remédio jurídico que julgue adequado. A PARTE obrigada à divulgação deverá empreender seus melhores esforços no sentido de obter tratamento confidencial às informações fornecidas.

**19.6.** A obrigação de sigilo prevista nesta cláusula vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data da extinção deste CONTRATO.

## **CLÁUSULA VINTE - NOVAÇÃO**

**20.1.** Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

## **CLÁUSULA VINTE E UM - CONDUTA DAS PARTES**

**21.1.** No desempenho das operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO, as PARTES declaram e garantem que têm conhecimento e observarão a o Ato Anticorrupção dos Estados Unidos da América de 1977 (*Foreign Corrupt Practices Act - "FCPA"*); o Ato Antissuborno do Reino Unido de 2010 (*U.K. Anti Bribery Act*); a Legislação Aplicável da Convenção da OCDE sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais; a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção; bem como as leis e normas relativas à contratação com os órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, da República Federativa do Brasil, como a Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei n. 12.846/13 (Lei Anticorrupção Brasileira) e suas regulamentações, o Código Penal Brasileiro (Decreto-lei nº 2.848/1940) e todas as demais leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, durante o prazo do CONTRATO (conjuntamente denominados "LEIS ANTICORRUPÇÃO"):

**21.2.** As PARTES declaram, garantem e se comprometem que nem ela nem os membros do seu respectivo "Grupo" (i) realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou FUNCIONÁRIO PÚBLICO, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade pública ou privada, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento



violam as LEIS ANTICORRUPÇÃO aplicáveis. Para os efeitos desta cláusula, “Grupo” significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

**21.2.1.** As PARTES declaram, garantem e se comprometem que elas e suas respectivas AFILIADAS cumprirão as LEIS ANTICORRUPÇÃO.

**21.2.2.** Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, as PARTES declaram e garantem que elas e os membros do seu respectivo Grupo adotaram e adotarão medidas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, sobretudo que: (i) não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e (ii) cumprirão as demais normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, às condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à PARTE.

**21.2.3.** As PARTES declaram, garantem e se comprometem que nem elas nem os membros do seu respectivo Grupo (i) pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente, por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, e (ii) ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

**21.2.4.** As PARTES declaram, garantem e se comprometem que não utilizarão ou utilizarão broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nesta cláusula ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta cláusula.

**21.2.5.** As PARTES declaram, garantem e se comprometem a implementar políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às LEIS ANTICORRUPÇÃO.

**21.3.** As PARTES deverão: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nos itens 21.2.1, 21.2.2 e 21.2.4; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a legislação aplicável.



**21.4.** Cada PARTE deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento desta Cláusula pela PARTE indenizante e suas AFILIADAS.

**21.5.** Cada PARTE declara e garante que reportará à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS para a PARTE notificante.

**21.6.** AS PARTES garantem que nem elas próprias, suas subsidiárias, se aplicável, seus respectivos diretores, executivos, agentes, representantes ou empregados constam como Parte Sancionada em listas de Sanções nacionais ou internacionais. As PARTES também garantem não possuir qualquer tipo de relacionamento comercial ou vínculo com qualquer "Parte Sancionada" nem o fará durante a vigência deste CONTRATO.

**21.6.1.** "Parte sancionada" significa, a qualquer momento, qualquer pessoa ou entidade: (i) indicada em qualquer lista relacionada às restrições de pessoas impedidas ou bloqueadas; (ii) residente ou organizado de acordo com as leis de um país ou território sujeito às sanções abrangentes e restritivas; ou (iii) de propriedade majoritária ou controlada por qualquer dos itens anteriores.

**21.6.2.** "Sanções" significam as sanções econômicas ou financeiras e os embargos comerciais impostos, administrados ou executados pelos (i) os Estados Unidos, (ii) o Conselho de Segurança das Nações Unidas, (iii) a União Europeia e seus estados membros, (iv) o Reino Unido, (v) o Brasil e (vi) as respectivas instituições governamentais de qualquer uma das anteriores, incluindo, entre outros, o Tesouro de Sua Majestade; o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA; o Departamento de Comércio dos EUA; o Gabinete do Controlador-Geral do Brasil; o Ministério Público da União; os Ministérios Públicos dos Estados Brasileiros; o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunais de Contas da União, Estados ou Municípios; e a Comissão de Valores Mobiliários.

**21.7.** As PARTES concordam que a não observância dessas premissas por uma das PARTES levará à suspensão da relação comercial até que haja o devido esclarecimento de fatos desabonadores eventualmente alegados contra tal PARTE. Em caso de ausência de esclarecimentos adequados, ou decisão condenatória em qualquer instância, seja civil, administrativa ou penal contra a PARTE violadora ou qualquer de seus empregados, sócios e administradores, a outra PARTE poderá rescindir este CONTRATO, sem prejuízo de eventual reparação na esfera cível.

**21.8.** As PARTES se comprometem a observar e cumprir com os seus respectivos Códigos de Conduta e Políticas Anticorrupção, conforme aplicável, disponíveis em: (i) <https://www.3rpetroleum.com.br/portal-fornecedor>, no caso da VENDEDORA; e (ii) <https://www.esgas.com.br> no caso da COMPRADORA.





## **CLÁUSULA VINTE E DOIS – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**22.1.** As PARTES se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente CONTRATO, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de Dados Pessoais, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), sob pena de incidência de multa por descumprimento contratual, sem prejuízo de perdas e danos diretos.

**22.2.** A PARTE destinatária dos dados pessoais manterá a pseudonimização e/ou anonimização dos dados pessoais compartilhados, sendo vedado o cruzamento de qualquer base de dados que resulte em identificação dos seus titulares.

**22.3.** A PARTE destinatária dos dados pessoais se compromete a não transferir e/ou compartilhar com terceiros, os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, a menos que seja requisito essencial para o cumprimento do presente CONTRATO.

**22.4.** Em qualquer hipótese, a transferência e/ou compartilhamento dos dados pessoais com terceiros deverá ser previamente comunicado ao remetente dos dados para que tome as medidas cabíveis para a adequação do tratamento pretendido, inclusive notificando os titulares dos dados pessoais ou solicitando a sua notificação pelo destinatário dos dados, quando assim couber.

**22.5.** No caso de transferência e/ou compartilhamento dos dados pessoais pelo destinatário dos dados, deverá ser garantida a confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados pessoais, sob pena de multa por descumprimento contratual.

**22.6.** Na ocorrência de qualquer incidente (perda, deleção ou exposição indesejada ou não autorizada) que envolva as informações tratadas em razão da presente relação contratual, deverá o destinatário dos dados pessoais comunicar imediatamente ao remetente dos dados.

**22.7.** A comunicação, em caso de incidentes, deverá transmitir ao encarregado do remetente dos dados todas as informações relacionadas ao evento, e, essencialmente: (i) a descrição dos dados pessoais envolvidos; (ii) a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e (iii) os titulares dos dados afetados pelo evento, (iv) indicação das medidas técnicas de segurança utilizadas para a proteção dos dados pessoais, respeitando os segredos comerciais e industriais.

## **CLÁUSULA VINTE E TRÊS – CLÁUSULA AMBIENTAL E SOCIAL**

**23.1.** As Partes se responsabilizam pelo cumprimento das leis e regulamentos pertinentes à proteção do meio ambiente, inclusive pela obtenção e manutenção válida de todas as licenças, autorizações e estudos exigidos para o pleno desenvolvimento de suas atividades e manutenção de suas instalações, devendo adotar, ainda, as medidas



e procedimentos cabíveis, a fim de afastar qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente que possa ser causado pelas atividades que desenvolve, ainda que contratadas ou delegadas a terceiros.

**23.2.** Não exclui ou diminui a responsabilidade das PARTES o fato da outra PARTE auxiliá-lo, de qualquer forma, na obtenção e manutenção dos documentos exigidos para o desenvolvimento das atividades daquela.

**23.3.** A COMPRADORA é responsável por todo e qualquer dano ao meio ambiente causado após a entrega do produto, devendo manter a VENDEDORA salvo de todos e quaisquer ônus, riscos, prejuízos ou despesas decorrentes de eventuais danos ambientais ou autuações/sanções decorrentes do descumprimento das leis e normas que regulamentam o meio ambiente, seja perante órgãos ou entes de direito público, seja perante particulares ou entidades de natureza privada, reparando direta ou regressivamente todos os danos, prejuízos e/ou despesas causados pelo USUÁRIO FINAL e, eventualmente, imputadas, direta ou indiretamente, à COMPRADORA.

**23.4.** Caso ocorra quaisquer danos ao meio ambiente, em razão de atos praticados por uma das PARTES, a PARTE que causar o dano se obriga a comunicar imediatamente as AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS competentes, bem como a realizar todas as medidas no sentido de reparar e minimizar os danos e impactos ambientais. As PARTES também se comprometem a comunicar a outra Parte, imediatamente e de forma eficaz os referidos danos, bem como as notificações, citações e autos de infração que receber, sem que este fato implique em assunção de qualquer responsabilidade pela outra PARTE.

**23.5.** Caso uma das PARTES viole quaisquer das disposições desta Cláusula, a outra PARTE poderá, a seu critério, rescindir ou suspender o presente CONTRATO, parando de imediato o fornecimento e os serviços correlatos até que a primeira PARTE adote as medidas necessárias a suprir sua falta.

**23.6.** As PARTES se comprometem a não utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, mão-de-obra infantil, nos termos do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição da República vigente, bem como envidar esforços para que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.

**23.7.** As PARTES se comprometem a não utilizar mão-de-obra em condições de trabalho degradante, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, sob pena de suspensão contratual e aplicação de penalidades moratórias e rescisórias previstas no presente instrumento.

## **CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**24.1.** Nulidade das cláusulas contratuais.

**24.1.1.** Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou



inexequível, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexequível não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexequível.

**24.1.2.** Na hipótese do item 24.1.1, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexequível por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

#### **24.2.** Modificação das cláusulas contratuais.

**24.2.1.** Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

#### **24.3.** Declarações e garantias.

**24.3.1.** As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

- (a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.
- (b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.
- (c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.

#### **24.4.** Completude do CONTRATO.

**24.4.1.** Este CONTRATO representa o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto.



#### **24.5. Sobrevivência.**

**24.5.1.** Em qualquer hipótese de término do presente CONTRATO (antecipado ou não), as PARTES acordam, desde já, que o item 7.1, , a CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO e a CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE deverão sobreviver ao término do CONTRATO, permanecendo exigíveis e em pleno vigor os termos e condições ali dispostos, durante os prazos respectivamente previstos em tais dispositivos.

#### **24.6. Valor estimado do CONTRATO.**

**24.6.1.** As PARTES concordam que o VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO é de R\$ 752.484.211,86 (setecentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e onze reais e oitenta e seis centavos).

##### **24.6.1.1. Premissas:**

- (a) Brent aproximado de US\$80/bbl;
- (b) Taxa de câmbio aproximada de R\$5,20/US\$;
- (c) Volume total aproximado de 359 milhões de metros cúbicos;
- (d) Vigência de 30 meses.

### **CLÁUSULA VINTE E CINCO – CONCORDÂNCIA DAS PARTES**

**25.1.** As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral do CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento.

**25.2.** Para os fins do Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as PARTES, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente CONTRATO, comprovada por meio de certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste CONTRATO. Assim, as PARTES reconhecem que este CONTRATO e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste CONTRATO possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do CONTRATO.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2023.

[Página de assinaturas a seguir]

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]



*Página de assinaturas do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural celebrado entre  
3R PETROLEUM OFFSHORE S.A. e ESGÁS COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO  
no dia 10 de julho de 2023.*

**3R PETROLEUM OFFSHORE S.A.**

DocuSigned by:

*Matheus Dias de Siqueira*

16A07E5ED3AA4B2...

DocuSigned by:

*Rodrigo Pizarro*

2E073A04E51C48D...

Por: Matheus Dias de Siqueira | Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva  
Cargo: Diretor Presidente | Procurador

**COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO - ES GÁS**

DocuSigned by:

*Walter Fernando Piazza Junior*

53550D316B36483...

**Walter Fernando Piazza Junior**  
Diretor Técnico e Comercial

DocuSigned by:

*Heber Viana de Resende*

073ED7C321C5488...

**Heber Viana de Resende**  
Diretor Presidente

**TESTEMUNHAS:**

DocuSigned by:

*Thiago Martins*



DocuSigned by:

*Odilson Silva da Nóbrega*

